Docusign Envelope ID: 3D1208A1-6883-4991-95D8-9535BA23BF4E

Palmeiras Saneamento S.A.

CNPJ nº 50.134.417/0001-15

Demonstração Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.965	20.880
Contas a receber	6	1.326	1.218
Impostos a recuperar		391	50
Outros créditos		72	72
Total do ativo circulante		13.754	22.220
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	349	399
Outros créditos		–	4
		349	403
Ativo de contrato	7	2.419	203
Intangível	8	11.292	6.436
Total do ativo não circulante		14.060	7.042
Total do ativo		**27.814**	**29.262**

Balanços patrimoniais	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido/ Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	4.417	35
Concessão de serviços públicos	12	–	2.052
Fornecedores	10	640	692
Obrigações sociais		343	229
Obrigações fiscais		121	89
Partes relacionadas	11	49	43
Outras obrigações		2	6
Total do passivo circulante		5.572	3.146
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	19.636	24.000
Total do passivo não circulante		19.636	24.000
Total do passivo		25.208	27.146
Patrimônio líquido	13		
Capital social		2.906	2.906
Prejuízos acumulados		(300)	(790)
Total do patrimônio líquido		2.606	2.116
Total do passivo e patrimônio líquido		**27.814**	**29.262**

Demonstrações do resultado	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	14	20.262	7.805
Custo dos serviços prestados	15	(15.842)	(6.920)
Lucro bruto		4.420	885
Receitas e despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(2.070)	(980)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		53	2
		(2.017)	(978)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		2.403	(93)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.853	1.384
Despesas financeiras	16	(3.549)	(2.480)
		(1.696)	(1.096)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		707	(1.189)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17.1	(167)	–
Diferidos	17.2	(50)	399
		(217)	399
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**490**	**(790)**

Demonstrações do resultado abrangente	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	490	(790)
Total do resultado abrangente do exercício	**490**	**(790)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 7 de março de 2023 - data da constituição					
Prejuízo do exercício		–	–	(790)	(790)
Integralização de capital	13.1	5.689	(2.783)	–	2.906
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.689**	**(2.783)**	**(790)**	**2.116**
Lucro do exercício		–	–	490	490
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**5.689**	**(2.783)**	**(300)**	**2.606**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		490	(790)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		50	(399)
Amortização de intangível	8	352	141
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	3.051	1.831
Atualização monetária da concessão dos serviços públicos	12	34	59
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	6	98	–
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	(206)	(1.218)
Impostos a recuperar		(341)	(50)
Outros créditos		4	(76)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	(52)	692
Obrigações sociais		114	229
Obrigações fiscais		32	89
Partes relacionadas	11	6	43
Outras obrigações		(4)	6
Concessão dos serviços públicos	12	(2.086)	(2.007)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		1.542	(1.450)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(3.033)	(1.796)
Caixa oriundo das atividades operacionais		(1.491)	(3.246)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível	8	(3.923)	(6.102)
Aquisição de ativo de contrato	7	(3.501)	(678)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(7.424)	(6.780)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	12	–	2.906
Captações de empréstimos e financiamentos	9	–	24.000
Constituição de concessão dos serviços públicos	12	–	4.000
Caixa gerado nas atividades de financiamento		–	30.906
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8.915)	20.880
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	20.880	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	11.965	20.880
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8.915)	20.880

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Palmeiras Saneamento S.A. ("Companhia"), foi constituída em 07 de março de 2023, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão celebrado com a Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 001/2022 - Processo nº 60/2022, cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreendem a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão iniciou-se em 1 de julho de 2023 e o prazo do contrato é de 35 (trinta e cinco) anos contados da data de vigência da Ordem de Início do Sistema e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 35 (trinta e cinco) anos. A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto. **2. Políticas contábeis: 2.1 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 11 de março de 2025. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo, e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1**: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2**: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3**: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2. **2.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. **c) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **2.4.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos e financiamentos, concessão dos serviços públicos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **c) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos clientes relacionados aos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias. **2.7. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações)	35 anos
Outorga	35 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Edificações	4 a 10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	4 a 10 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.8. Custo dos empréstimos e financiamentos:** O custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.10. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.12. Tributos: Lucro real:** A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Além disso, quando aplicável, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.13. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.14. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e

Docusign Envelope ID: 3D1208A1-6883-4991-95D8-9535BA23BF4E

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Palmeiras Saneamento S.A.

8. Intangível:

Custo	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Outorga (i)	4.000	–	–	4.000
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	615	788	1.360	2.763
Máquinas, aparelhos e equipamentos	664	1.398	75	2.137
Móveis e utensílios	69	6	8	83
Instalações	–	207	–	207
Veículos	415	–	–	415
Equipamentos de informática	220	29	–	249
Edificações	406	1.494	(158)	1.742
Benfeitorias em bens de terceiros	53	1	–	54
Software	135	–	–	135
	6.577	**3.923**	**1.285**	**11.785**

Amortização	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Outorga (i)	(69)	(114)	–	(183)
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	(5)	(56)	–	(61)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(9)	(47)	–	(56)
Móveis e utensílios	(3)	(8)	–	(11)
Instalações	–	(11)	–	(11)
Veículos	(5)	(12)	–	(17)
Equipamentos de informática	(25)	(48)	–	(73)
Edificações	(3)	(19)	–	(22)
Benfeitorias em bens de terceiros	(4)	(10)	–	(14)
Software	(18)	(27)	–	(45)
	(141)	**(352)**	**–**	**(493)**

Saldo líquido	31/12/2024	31/12/2023
Outorga (i)	3.817	3.931
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	2.702	610
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.081	655
Móveis e utensílios	72	66
Instalações	196	–
Veículos	398	410
Equipamentos de informática	176	195
Edificações	1.720	403
Benfeitorias em bens de terceiros	40	49
Software	90	117
	11.292	**6.436**

(i) A Companhia é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP, e contabiliza o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A concessão tem vigência até 2058. Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Companhia, serão revertidas pelo saldo líquido das respectivas amortizações a Prefeitura de Santa Cruz das Palmeiras sem qualquer retorno financeiro para a Companhia. (ii) Correspondem às estações tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e de tratamento de água (reservatórios e redes). Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.7. **9. Empréstimos e financiamentos:** Representados por:

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itáu	CDI + 1,98 a.a.	24/06/2030	24.053	24.035
			24.053	**24.035**
Passivo circulante			4.417	35
Passivo não circulante			19.636	24.000
			24.053	**24.035**

O financiamento contratado com o Banco Itaú Unibanco S.A., em 20 de junho de 2023, no montante de R$ 24.000, tem como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A liberação do recurso ocorreu em 21 de junho de 2023. O prazo total do contrato é de 7 anos com 2 anos de carência, com pagamentos de juros semestralmente. Esse contrato de financiamento não possui garantias e não possui cláusula restritiva denominada "covenants". A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	24.035	–
Captação de novos empréstimos e financiamentos	–	24.000
Juros incorridos no exercício	3.051	1.831
Amortização de juros	(3.033)	(1.796)
	24.053	**24.035**

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2026	4.364
2027	4.364
2028	4.364
2029	4.364
Após 2029	2.180
	19.636

Custo	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Outorga	–	4.000	–	4.000
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	–	72	543	615
Máquinas, aparelhos e equipamentos	–	664	–	664
Móveis e utensílios	–	69	–	69
Instalações	–	–	–	–
Veículos	–	415	–	415
Equipamentos de informática	–	220	–	220
Edificações	–	474	68	406
Benfeitorias em bens de terceiros	–	53	–	53
Software	–	135	–	135
	–	**6.102**	**475**	**6.577**

Amortização	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Outorga	–	69	–	(69)
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	–	5	–	(5)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	–	9	–	(9)
Móveis e utensílios	–	3	–	(3)
Instalações	–	–	–	–
Veículos	–	5	–	(5)
Equipamentos de informática	–	25	–	(25)
Edificações	–	3	–	(3)
Benfeitorias em bens de terceiros	–	4	–	(4)
Software	–	18	–	(18)
	–	**(141)**	**–**	**(141)**

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022
Outorga (i)	3.931	–
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	610	–
Máquinas, aparelhos e equipamentos	655	–
Móveis e utensílios	66	–
Instalações	–	–
Veículos	410	–
Equipamentos de informática	195	–
Edificações	403	–
Benfeitorias em bens de terceiros	49	–
Software	117	–
	6.436	**–**

10. Fornecedores:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais	412	523
Fornecedores de serviços	228	169
	640	**692**

11. Partes relacionadas:

	Contas a pagar	31/12/2024 Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	37	(461)
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda.	12	–
	49	**(461)**

	Contas a pagar	31/12/2023 Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	40	(169)
GS Inima Servicos de Saneamento Ltda.	3	–
	43	**(169)**

12. Concessão dos serviços públicos: O contrato de concessão prevê a outorga a pagar pela Companhia ao município de Santa Cruz das Palmeiras. O valor de outorga definido contratualmente foi no montante de R$ 4.000, previsto para pagamento em duas parcelas, sendo a primeira parcela, no valor de R$ 2.000, em até 90 dias a contar do início da operação e a segunda e última parcela vencerá após 12 meses do pagamento da primeira parcela. Os valores serão corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) a partir da assinatura do contrato de concessão. Em 26 de maio de 2023 a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela no montante de R$ 2.007. Em 15 de maio de 2024 a Companhia quitou os valores em aberto de outorga no montante de R$ 2.086. A movimentação da outorga a pagar está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	2.052	–
Constituição de outorga	–	4.000
Atualização financeira	34	59
Pagamentos	(2.086)	(2.007)
Total	**–**	**2.052**
Passivo circulante	–	2.052
	–	**2.052**

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor do capital social é de R$ 5.689, sendo que R$ 2.906 está totalmente integralizado e R$ 2.783 está pendente de integralização e, está representado por 5.689 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade de ações integralizadas	Quantidade de ações a integralizar	31/12/2024 Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda.	1.744	1.670	60%
Construtora Said Ltda.	1.162	1.113	40%
	2.906	**2.783**	**100%**

	Quantidade de ações integralizadas	Quantidade de ações a integralizar	31/12/2023 Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda.	1.744	1.670	60%
Construtora Said Ltda.	1.162	1.113	40%
	2.906	**2.783**	**100%**

O valor a integralizar será integralizado no início de cada ano da concessão, sempre no valor equivalente ao percentual de 10% dos investimentos previstos para o respectivo ano, até a completa realização do capital subscrito. **13.2. Dividendos:** O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações, após a compensação de prejuízos acumulados. **14. Receita líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Tratamento de água	7.245	2.827
Tratamento de esgoto	7.112	2.786
Serviços de construção (i)	7.423	2.780
Gestão comercial	181	45
	21.961	8.438
Deduções da receita		
PIS	(235)	(91)
COFINS	(1.082)	(421)
Vendas canceladas e descontos concedidos	(382)	(121)
	(1.699)	(633)
Receita líquida	**20.262**	**7.805**

(i) As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se à construção dos drenos de gás e água da estação de tratamento de esgoto e da substituição da rede coletora de esgoto e as novas ligações de água no município de Santa Cruz das Palmeiras. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **15. Custos e despesas por natureza:** Representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	(3.299)	(1.827)
Materiais	(1.361)	(761)
Serviços de terceiros	(721)	(159)
Energia elétrica	(1.914)	(884)
Depreciação e amortização	(206)	(55)
Obras civis (i)	(7.423)	(2.780)
Taxas de licença de operação e gerenciamento	(6)	(3)
Aluguéis	(611)	(296)
Combustíveis e manutenção de veículos	(205)	(73)
Seguros	–	(1)
Outros custos com operação	(96)	(81)
	(15.842)	**(6.920)**

(i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se à construção dos drenos de gás e água da estação de tratamento de esgoto e da substituição da rede coletora de esgoto e as novas ligações de água no município de Santa Cruz das Palmeiras. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(401)	(219)
Materiais	(72)	(122)
Serviços de terceiros	(256)	(74)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(461)	(169)
Depreciação e amortização	(146)	(86)
Publicidade e propaganda	(78)	(104)
Outros impostos e taxas	(44)	(15)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(98)	–
Outras despesas operacionais	(514)	(191)
Total das despesas gerais e administrativas	**(2.070)**	**(980)**

16. Resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.736	1.418
Juros sobre títulos recebidos	196	33
Variação monetária e cambial ativa	5	–
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(84)	(67)
	1.853	**1.384**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.051)	(1.831)
Variação monetária e cambial	(35)	(58)
Descontos concedidos	(178)	(18)
Juros e despesas bancárias	(267)	(110)
Outras despesas financeiras	(18)	(463)
	(3.549)	**(2.480)**
Total do resultado financeiro	**(1.696)**	**(1.096)**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: 17.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	707	(1.189)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(240)	404
Ajustes para alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	23	(5)
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	**(217)**	**399**
Correntes	(167)	–
Diferidos	(50)	399
	(217)	399

17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo fiscal diferido (i)	349	399
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**349**	**399**

(i) O ativo fiscal diferido está atrelado as seguintes diferenças temporárias: provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa e prejuízos fiscais acumulados. A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

	31/12/2024
2025	195
2026	154
	349

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	31/12/2024 Ativo	31/12/2023 Ativo
Saldo em 1º de janeiro	399	–
Reconhecimento na demonstração do resultado	(50)	399
	349	**399**

18. Demonstrações dos fluxos de caixa: A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Transferências do ativo de contrato para intangível	1.285	475
	1.285	**475**

19. Cobertura de seguros: A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	2.750
Responsabilidade civil	5.000
Riscos operacionais	16.000
Riscos de engenharia - obras	5.000
Equipamentos	410
Seguro Fiança Locatícia	80

20. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira
Diretor Presidente

Carlos Roberto Ferreira
Diretor Técnico

Thiago Tuffy Said
Diretor Administrativo e Financeiro

Contador
Rodrigo Basso
CRC 1SP266.229/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da **Palmeiras Saneamento S.A.** Santa Cruz das Palmeiras - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Palmeiras Saneamento S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Palmeiras Saneamento S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 11 de março de 2025.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 029356/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 08/04/2025 20:36:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*